



Número: **0801153-34.2019.8.15.0371**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **21/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.813,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MUSTAFA CASTILIO FERREIRA (AUTOR)		RAIMUNDO ANTUNES BATISTA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20663 523	21/04/2019 18:36	Petição Inicial	Petição Inicial
20663 527	21/04/2019 18:36	01 Petição Inicial	Procuração
20663 528	21/04/2019 18:36	02 Procuração	Outros Documentos
20663 531	21/04/2019 18:36	03 Declaração de Hipossuficiência Econômica	Outros Documentos
20663 533	21/04/2019 18:36	04 Comprovante de Residência	Outros Documentos
20663 536	21/04/2019 18:36	05 RG e CPF do Autor	Outros Documentos
20663 538	21/04/2019 18:36	06 RG e CPF do Autor verso	Outros Documentos
20663 540	21/04/2019 18:36	07 Atendimento SAMU	Outros Documentos
20663 541	21/04/2019 18:36	08 Ficha de Atendimento Ambulatorial - HRS	Outros Documentos
20663 543	21/04/2019 18:36	09 Ficha de atendimento Ambulatorial - HRS	Outros Documentos
20663 545	21/04/2019 18:36	10 Ficha de Atendimento Ambulatorial - verso - HRS	Outros Documentos
20663 548	21/04/2019 18:36	11 Imagem de Raio X	Outros Documentos
20663 550	21/04/2019 18:36	12 Imagem de Raio X - I	Outros Documentos
20663 552	21/04/2019 18:36	13 Imagem de Raio X - II	Outros Documentos
20663 554	21/04/2019 18:36	14 Imagem de Raio X - III	Outros Documentos
20663 555	21/04/2019 18:36	15 Imagem de Raio X - IV	Outros Documentos
20663 556	21/04/2019 18:36	16 Imagem de Raio X - V	Outros Documentos
20663 561	21/04/2019 18:36	17 HRS - Ficha da Operação realizada - prontuário 129508 verso	Outros Documentos
20663 562	21/04/2019 18:36	18 HRS - Ficha da Operação realizada - prontuário 129508	Outros Documentos

20663 563	21/04/2019 18:36	19 Laudo Médico	Outros Documentos
20663 565	21/04/2019 18:36	20 Boletim de Ocorrência	Outros Documentos
20663 569	21/04/2019 18:36	21 CNH do Autor	Outros Documentos
20663 574	21/04/2019 18:36	22 DUT do Veículo	Outros Documentos
20663 575	21/04/2019 18:36	23 Declaração do Proprietário do Veículo	Outros Documentos
21305 796	20/05/2019 15:15	Despacho	Despacho
22097 984	18/06/2019 14:02	Expediente	Expediente

01 Petição Inicial anexo



**EXCELENTÍSSIMO (a) SENHOR (a) DOUTOR (a) JUIZ (a) DE DIREITO DA MM ____
VARA DA COMARCA DE SOUSA, ESTADO DA PARAÍBA.**

MUSTAFA CASTILIO FERREIRA, brasileiro, solteiro, agricultor, com CIC (MF) N. 264.974.298-40 e RG N. 2.067.186 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Padre João Andriola, 68, Bairro São Francisco, Santa Cruz – PB, CEP 58.824.000, por seus advogados e procuradores judiciais, infra-assinados, constituídos nos termos do Instrumento Procuratório anexo (Doc. 01), com escritório profissional localizado à Rua Raimundo Gonçalves, s/n, Centro, Bom Sucesso, Estado da Paraíba, CEP 58.887.000, local onde recebem as intimações necessárias e endereço eletrônico - e-mail: raimundoantunes@gmail.com, respeitosamente, vem, com a digníssima vênua à honrosa presença de Vossa Excelência, propor

ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS DPVAT

em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 09.248.608/0001-04, situada a Rua Senador Dantas, 76, 3º andar, CEP 20.031-205, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos fatos e motivos que passa a expor:

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Tendo em vista que a parte Autora não possui condições financeiras de arcar com as custas e demais despesas processuais, sem que isso lhe acarrete prejuízo financeiro, para tanto com amparo no art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil e na Lei 1060/50, pede lhe seja concedida Assistência Judiciária Gratuita.

I – DOS FATOS



O Promovente foi vítima de acidente de trânsito em 23 de abril de 2018, no Sítio Boi Morto, Município de Aparecida, Estado da Paraíba, quando conduzia uma Motocicleta **HONDA/POP 100, ANO E MODELO 2011/2012, PLACA OFF 2208/PB, CHASSI 9C2HB0210CR424773**, licenciada em nome de **TIAGO ANTUNES SILVA (CPF Nº x)**, e atropelou um animal (cachorro) na pista, caindo posteriormente e sofrendo traumas pelo corpo. O mesmo foi socorrido pelo SAMU e conduzido ao Hospital Regional de Sousa - PB, todos os fatos aqui narrados devidamente comprovados através de documentos acostados ao pedido.

Do acidente o Promovente apresentou escoriações em face, MMII e fratura em MIE.

No Hospital Regional de Taguatinga – DF, o requerente foi submetido ao exame de raio-x, pois apresentava dor intensa no membro inferior esquerdo. Da realização do exame, concluiu-se pela existência de fratura.

O Promovente foi submetido, ainda, em 09 de maio de 2018, a cirurgia em platô tibial esquerdo, sendo necessário o afastamento de suas atividades habituais pelo período de 120 (cento e vinte) dias.

Devido as fraturas sofridas o Requerente sofreu invalidez permanente, pois apresenta fratura da extremidade proximal da tibia (CID 10 S82.1), que o incapacita de forma definitiva para o exercício de suas atividades junto a agricultura, tudo devidamente comprovado através de exames, laudos e do relatório médico anexo.

Diante dos fatos requereu administrativamente a empresa demandada o pagamento da indenização do Seguro DPVAT (**SINISTRO: 3180376773**), referente a Invalidez Permanente constante em toda documentação anexo e, em decorrência da invalidez permanente acima descrita e comprovada, o Promovente faz jus a indenização em seu grau máximo, que corresponde a indenização de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme estabelece a Lei 6.194/74 cominada com a tabela da SUSEP em anexo, o que não ocorreu por parte da Requerida que desconheceu a invalidez permanente do Autor e pagou apenas R\$ 1.687,00 (mil seiscentos e oitenta e sete reais), em seguida o Promovente solicitou reanálise administrativa sendo também negado o pedido.

Portanto, o Autor faz jus a uma diferença de R\$ 11.813,00 (onze mil oitocentos e treze reais), por ter recebido valor a menor que o devido, pois recebeu tão somente R\$ 1.687,00 (mil seiscentos e oitenta e sete reais), quando o valor correto seria R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este que deverá ter as correções devidas.

II - DO DIREITO



O próprio nome do **Seguro DPVAT** é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o **DPVAT** é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório **DPVAT** foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do **DPVAT** são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (**DPVAT**), o **Autor faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito**, ou seja, **da invalidez permanente**, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez **a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão**. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro **DPVAT** quando resulta de um **acidente causado por veículo** e é **permanente**, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada **integralmente ou em parte**.



A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. **Dado**



parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 8.441/92.

Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez permanece com base na Resolução nº 1/75 de 03/10/75, editado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, pois em se tratando de norma regulamentar não pode dispor de modo diverso da Lei nº 6.194/74, de hierarquia superior, de sorte que é incabível a limitação da indenização com base na resolução precitada. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Conforme o art. 5º da Lei nº 6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2008).

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. A indenização atinente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) pode ser exigida de qualquer seguradora integrante do consórcio



constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operam no referido seguro. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da lide, também repelida, diante dos documentos juntados aos autos. Estando presente o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez permanente da parte autora, reconhecida pela seguradora na seara administrativa, é de 40 salários mínimos o valor da indenização, segundo o artigo 3º, alínea b da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. À unanimidade, preliminares rejeitadas. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70023291230, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto GuaspariSudbrack, Julgado em 23/04/2008.

Frise-se que, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o art. 789 do novel Código Civil, o que atentaria ao princípio da dignidade humana.

No caso em tela, a parte autora recebeu pequeno percentual, no **valor de R\$ 1.687,00 (mil seiscientos e oitenta e sete reais)**. Portanto é jurídica e perfeitamente possível a pretensão deduzida, que diz respeito à cobrança da indenização assegurada pelo referido seguro, diante do implemento do risco contratado, quanto a se tratando de responsabilidade objetiva a que está sujeita a empresa seguradora. Nesse sentido, é assentado o entendimento jurisprudencial tanto no STJ quanto nesta Corte, cujos julgados são transcritos a seguir:

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. 6.194/74. RECIBO.



QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp n. 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 296.675/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20.08.2002, DJ 23.09.2002 P. 367).

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. De acordo com o art. 3º da Lei nº 6.194/74, o pagamento da indenização está condicionado à prova do acidente e do dano. Caso em que a prova pericial demonstra que o autor não restou inválido. Complementação da indenização que não é devida. Apelo desprovido. (Apelação Cível Nº 70021060868, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 03/10/2007).

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1. A pretensão do beneficiário que busca a complementação do seguro DPVAT, nasce no momento do pagamento a menor. Prescrição afastada de ofício. 2. Existe lei específica que regula o Seguro Obrigatório, estipulando o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para indenizações no caso de invalidez permanente. 3. O



Conselho Nacional de Seguros Privados não é competente nem para alterar os valores estipulados em lei ordinária, nem para estabelecer uma diferenciação de graduação de invalidez permanente que a Lei nº 6.194/1974 não estabelece. A quitação não tem o efeito extinguir o direito dos beneficiários de indenização paga a menor de virem a juízo reclamar a diferença que lhes é devida. 4. O artigo 3º, da Lei 6.194/74 não utilizou o salário mínimo como fator de atualização da moeda, pois, limitou-se a quantificar a indenização. APELO PROVIDO (Apelação Cível Nº 70020438214, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 29/08/2007)

SEGURO DPVAT. INVALIDEZ. QUITAÇÃO DO VALOR RECEBIDO. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO NOS LIMITES DA TABELA DO CNSP. VINCULAÇÃO DO VALOR AO SALÁRIO MÍNIMO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. A renúncia só se opera quanto aos valores já recebidos, não atingindo a diferença a que ainda tem direito o autor. Não há falar em prescrição, que, no caso, se houvesse, deveria contar da data do pagamento parcial, uma vez que foi quando o autor teve ciência do resultado do processo administrativo, passando a ter direito à complementação postulada. É de 40 salários mínimos o valor da indenização para o evento invalidez, segundo o artigo 3º, letra a da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNPS ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação. Preliminares rejeitadas. Apelo provido, em parte. (Apelação Cível Nº 70020452140, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto GuaspariSudbrack, Julgado em 01/08/2007).

Destaca-se então o grau de reduções das funcionalidades do Autor, tendo em vista a invalidez existente, tornando-se evidente assim a impossibilidade de voltar ao serviço, uma vez



que permanece debilitado e a função antes desempenhada exige a mobilidade dos membros superiores.

Destarte, não há falar em aplicação de limitadores no valor da indenização, estabelecidos mediante gradação de invalidez permanente, arbitrados em normas de hierarquia inferior, pois não é dado à Resolução restringir benefício se a lei ordinária regulamentada não o fez. Atende-se. Com tal entendimento, a interpretação história da norma legal, valorando o verdadeiro e original espírito da lei, segundo almejado na “*mens legislatoris*”, bem assim a hermenêutica sistemática do dispositivo legal em análise, adequando-o aos princípios da Constituição Federal.

Nesse sentido são os acórdãos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Conforme o art. 5º da Lei nº 6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2008)

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. A indenização atinente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) pode ser exigida de qualquer seguradora integrante do consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operam no referido seguro. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e



o previsto na Lei nº 6.194/74. Preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da lide, também repelida, diante dos documentos juntados aos autos. Estando presente o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez permanente da parte autora, reconhecida pela seguradora na seara administrativa, é de 40 salários mínimos o valor da indenização, segundo o artigo 3º, alínea b da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. À unanimidade, preliminares rejeitadas. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70023291230, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto GuaspariSudbrack, Julgado em 23/04/2008).

Tendo em vista todo o exposto, bem como os laudos médicos periciais colacionados a exordial, entende-se que o valor arbitrado para o DPVAT merecido pela parte Autora não foi o valor que lhe depositaram, restando demonstrado as presentes seqüelas em caráter permanente em que o Autor se encontra.

II – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) A citação da parte promovida, por Carta com Aviso de Recebimento, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto ao fatos alegados, devendo acompanhar o processo até a sentença final;
- b) A condenação da Requerida ao pagamento da diferença do Seguro DPVAT a parte Autora, no valor de **R\$ 11.813,00 (onze mil oitocentos e treze reais)**, conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos monetariamente desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação;
- c) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;



d) A produção de todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente, a prova testemunhal, prova documental e perícia médica;

e) A concessão do benefício de Gratuidade de Justiça, nos moldes do art. 4º, da lei nº 1.060/50 e do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil, eis que o Autor, não tem possibilidade de arcar com as custas do presente feito e com seus ônus sucumbenciais, sem prejudicar seu próprio sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência em anexo;

f) Ao final a total procedência da presente demanda, para o pagamento da diferença do seguro devido ao Autor.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 11.813,00 (onze mil oitocentos e treze reais).**

Nestes termos,

Pede deferimento.

Bom Sucesso – PB, 11 de abril de 2019.

RAIMUNDO ANTUNES BATISTA – OAB/PB 6.409

ADOLPHO EMANUEL ISMAEL ANTUNES - OAB/PB 18.763

AYANNY ELLEN ISMAEL ANTUNES – OAB/PB 26.585



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **MUSTAFA CASTILIO FERREIRA**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador de Cédula de Identidade n.º 2.067.186 SSP/PB, CPF sob o n.º 264.974.298-40, residente e domiciliado na Rua Padre João Andriola, 68, Bairro São Francisco, Santa Cruz - PB, CEP 58.824.000, no final assinado, nomeia e constitui seu bastante procurador, **ADOLPHO EMANUEL ISMAEL ANTUNES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 18.763 e **RAIMUNDO ANTUNES BATISTA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 6.409, ambos com escritório profissional localizado à Rua Raimundo Gonçalves de Almeida, s/n, Centro, Bom Sucesso - PB, CEP 58.887.000; tel.: (83) 981684708 e (83) 981071681.

PODERES - a quem confere poderes para o foro em geral, com a cláusula ad judicium, a fim de defender os interesses e direitos do outorgante perante qualquer repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, em qualquer instância ou Tribunal, seja autor ou reclamante, interessado ou requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordos, recorrer, vender, receber, dar quitação, confessar, requerer inventário ou arrolamento, firmar compromissos, prestar declarações, receber citação, se assim lhe convier e, podendo agir em conjunto ou separadamente, independente de ordem de nomeação, bem como substabelecer a presente, praticando todos os demais atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

Santa Cruz - PB, 30 de janeiro de 2019.



Outorgante



DECLARAÇÃO

*Declaro para os devidos fins de direito, sob as penas da Lei, perante qualquer autoridade Judiciária ou não, Juízo ou Tribunal, Instituição Pública ou Privada, que eu, **MUSTAFA CASTILIO FERREIRA**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador de Cédula de Identidade n.º 2.067.186 SSP/PB, CPF sob o n.º 264.974.298-40, residente e domiciliado na Rua Padre João Andriola, 68, Bairro São Francisco, Santa Cruz - PB, CEP 58.824.000, não tenho condições financeiras de arcar com as custas e despesas processais para custear qualquer demanda, sem prejuízo do sustento próprio e da família, pelo que, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faz jus aos benefícios da gratuidade da Justiça.*

Santa Cruz - PB, 30 de Janeiro de 2019.

Mustafa Castilio Ferreira

Declarante



MUSTAFA CASTILHO FERREIRA
RUA PE JOAO ANDRIOLA, 88 - SAO FRANCISCO
SANTA CRUZ / PE CEP: 55924000 (AG: 177)

Emissão: 12/12/2018 Referência: Dez / 2018
Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO Br230, Km25 - Creta Redentor - João Pessoa / PB - CEP: 53071-480
Roteiro: 7 - 193 - 780 - 3900 Nº medidor: 0000218237



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ: 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.822-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 016.947.416
Cód. para Deb. Automático: 00000745448

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Dez / 2018	12/12/2018	14/01/2019	264.974.298-40 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/74544-8

Canal de contato

- Exercício de apresentação da Reserva 2018 de 10 a 14 de dezembro de 2018.
Reservista, apresente-se na sua Organização Militar.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
13/11/18	10090	12/12/18	10126	1	96	29

Demonstrativo

CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa c/ Tributos Total (R\$)	Valor Base Calc. ICMS (R\$)	Aliq. ICMS (R\$)	Base Calc. Pis (R\$)	Pis (R\$)	Cofins (R\$)
0601	Consumo em kWh	96,000	0,829610	79,84	79,84	25	19,81	79,84
0601	Adic. B. Amarela			0,81	0,81	25	0,20	0,81
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS								
0807	CONTRIB. ILUM. PÚBLICA			7,86	0,00	0	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 11/2018			0,03	0,00	0	0,00	0,00
0805	MULTA 11/2018			1,86	0,00	0	0,00	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 11/2018			0,02	0,00	0	0,00	0,00

CCI: Código de Classificação do Item TOTAL: 90,21 80,45 20,11 80,45 0,87 4,01

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
87	19/12/2018	R\$ 90,21

Histórico de Consumo (kWh)

92	99	79	80	81	56	79	88	95	99	97	105
Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18

RESERVADO AO FISCO

e3b6.7d20.054d.63a8.5ceb.c4b9.da37.337b.

Indicadores de Qualidade

10/2018 - Souza

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	8,15	0,00
DIC TRIMESTRAL	12,30	
DIC ANUAL	24,60	
FIC MENSAL	3,48	
FIC TRIMESTRAL	5,97	
FIC ANUAL	13,95	
DMIC	3,63	
DICRI	12,22	

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	18,88	21,82
Compra de Energia	28,07	31,12
Serviço de Transmissão	3,08	3,39
Encargos Setoriais	4,85	5,15
Impostos Diretos e Encargos	34,75	38,52
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	90,21	100,00

Valor do EUSD (Ref. 10/2018) R\$ 29,32

ATENÇÃO

Faturas em atraso



Assinado eletronicamente por: RAIMUNDO ANTUNES BATISTA - 21/04/2019 18:34:04

http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042118220441600000020099299

Número do documento: 19042118220441600000020099299



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.067.186 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 02 JUL. 1997

NOME MUSTAFÁ CASTILIO FERREIRA

FILIAÇÃO Francisco Jerônimo Sobrinho
Maria Aury Ferreira Jerônimo

Santa Cruz-PB 01.09.1973

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert.Nasc.Nº 97-fls.25-liv. A-01

DOC ORIGEM

Cart. Santa Cruz-PB

CPF

João Pessoa - PB

ALEXANDES MAGNO C. DE CARVALHO
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

MUSTAFA CASTILIO FERREIRA

S
E
R
V
I
D
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 16/09/95





SAMU-SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA

Sousa, 25 de maio de 2018

Ao Sr (a):

Em resposta a vossa solicitação recebida em **22/05/18** passa a informar o que segue:

Nº da ocorrência: 0047

Vítima: MUSTAFÁ CASTÍLIO FERREIRA

Sexo: Masculino

Data: 23/04/18

Local da Ocorrência: ***

Médico Intervencionista: Dr. Vanderlei

Viatura: USB 03

Condutor: Alisson

Téc. Enfermagem: Ricele

Enfermeiro (a): Ana Carla Abrantes

Natureza da ocorrência: Paciente vítima de queda de moto, encontrado consciente, orientado, apresentando escoriações em face, MMII e fratura em MIE. Realizado protocolo de APH, verificado SSVV, sob RM feito AVP com SRL e conduzido ao HRS.

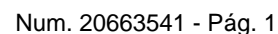
Waleska Cristyna de Oliveira Pinto
Coordenadora Geral

15 AGO. 2018

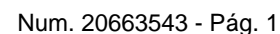


www.sousa.pb.gov.br



15 AGO. 2018

15 AGO. 2018





HOSPITAL REGIONAL DE SOUSA DEP. MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES

PRESCRIÇÃO MÉDICA

kyber control

Cor:

Enfermaria:

Leito:

Categoria:

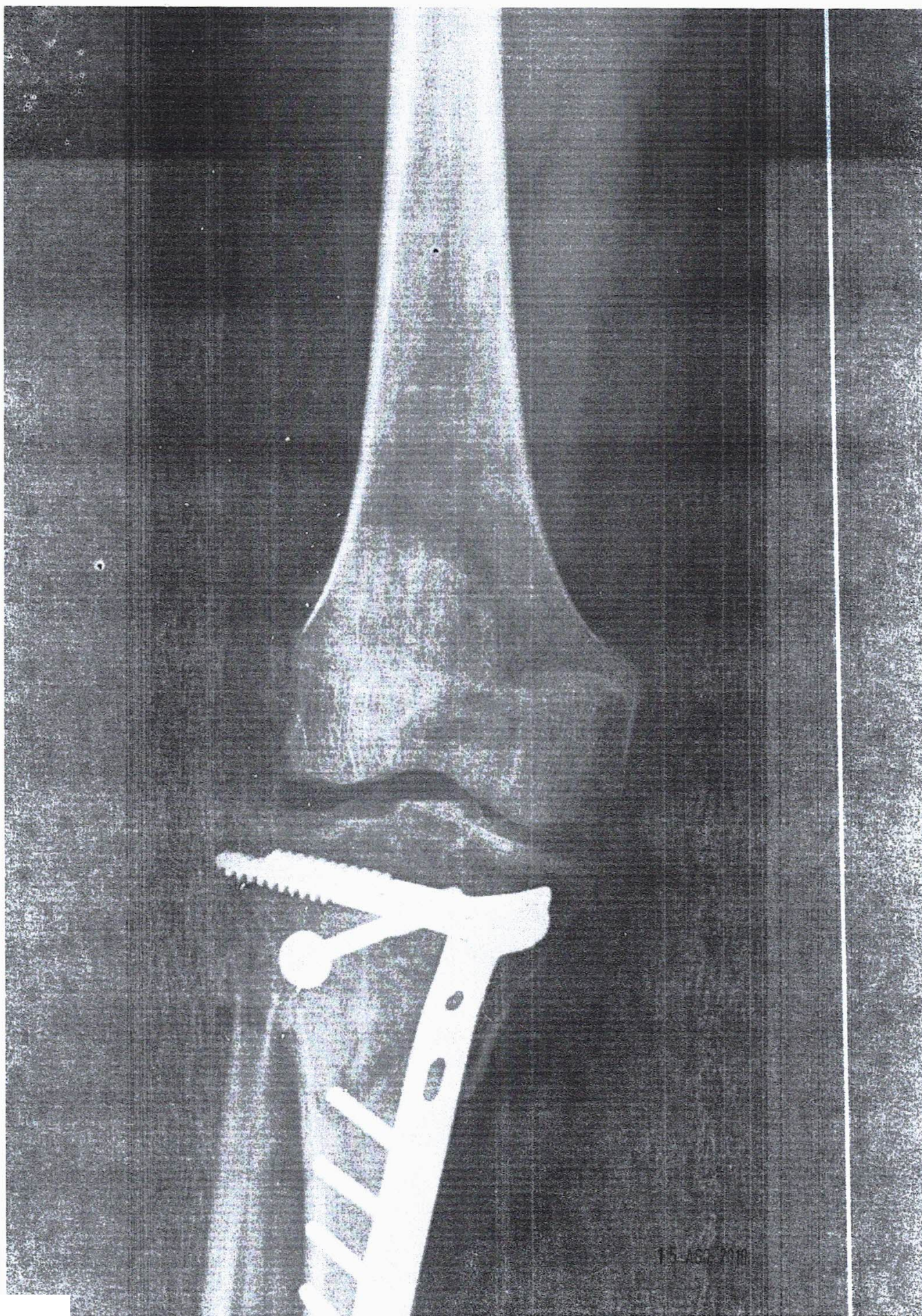
RD

DATA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	Cor:	Enfermaria:	Leito:	Categoria:
	11/05/2018				RELATÓRIO
	1) Dieta líquida				
	2) Soro SC - 1.000ml 1x dia				
	3) Paracetamol - 650mg 1x 4x				
	4) Clonazepam 0,5mg 1x 1x dia				
	5) Hidralazina 10mg 1x 1x dia				
	6) Dexametasona 4mg 1x 1x dia				
	7) Levodopa 250mg 1x 3x dia				
	8) Levodopa 250mg 1x 3x dia				
	9) Soro				
	10) Soro				
	11) Soro				
	12) Soro				
	13) Soro				
	14) Soro				
	15) Soro				
	16) Soro				
	17) Soro				
	18) Soro				
	19) Soro				
	20) Soro				
	21) Soro				
	22) Soro				
	23) Soro				
	24) Soro				
	25) Soro				
	26) Soro				
	27) Soro				
	28) Soro				
	29) Soro				
	30) Soro				
	31) Soro				
	32) Soro				
	33) Soro				
	34) Soro				
	35) Soro				
	36) Soro				
	37) Soro				
	38) Soro				
	39) Soro				
	40) Soro				
	41) Soro				
	42) Soro				
	43) Soro				
	44) Soro				
	45) Soro				
	46) Soro				
	47) Soro				
	48) Soro				
	49) Soro				
	50) Soro				
	51) Soro				
	52) Soro				
	53) Soro				
	54) Soro				
	55) Soro				
	56) Soro				
	57) Soro				
	58) Soro				
	59) Soro				
	60) Soro				
	61) Soro				
	62) Soro				
	63) Soro				
	64) Soro				
	65) Soro				
	66) Soro				
	67) Soro				
	68) Soro				
	69) Soro				
	70) Soro				
	71) Soro				
	72) Soro				
	73) Soro				
	74) Soro				
	75) Soro				
	76) Soro				
	77) Soro				
	78) Soro				
	79) Soro				
	80) Soro				
	81) Soro				
	82) Soro				
	83) Soro				
	84) Soro				
	85) Soro				
	86) Soro				
	87) Soro				
	88) Soro				
	89) Soro				
	90) Soro				
	91) Soro				
	92) Soro				
	93) Soro				
	94) Soro				
	95) Soro				
	96) Soro				
	97) Soro				
	98) Soro				
	99) Soro				
	100) Soro				

Gráfica Bento Freire - Código 1456

15 AGO. 2018





01/08/2018

Email - VERAS SEGUROS DPVAT - Outlook

MUSTAFAR ARTILIO FERREIRA

20180785-01-0017

M 9/1/a973

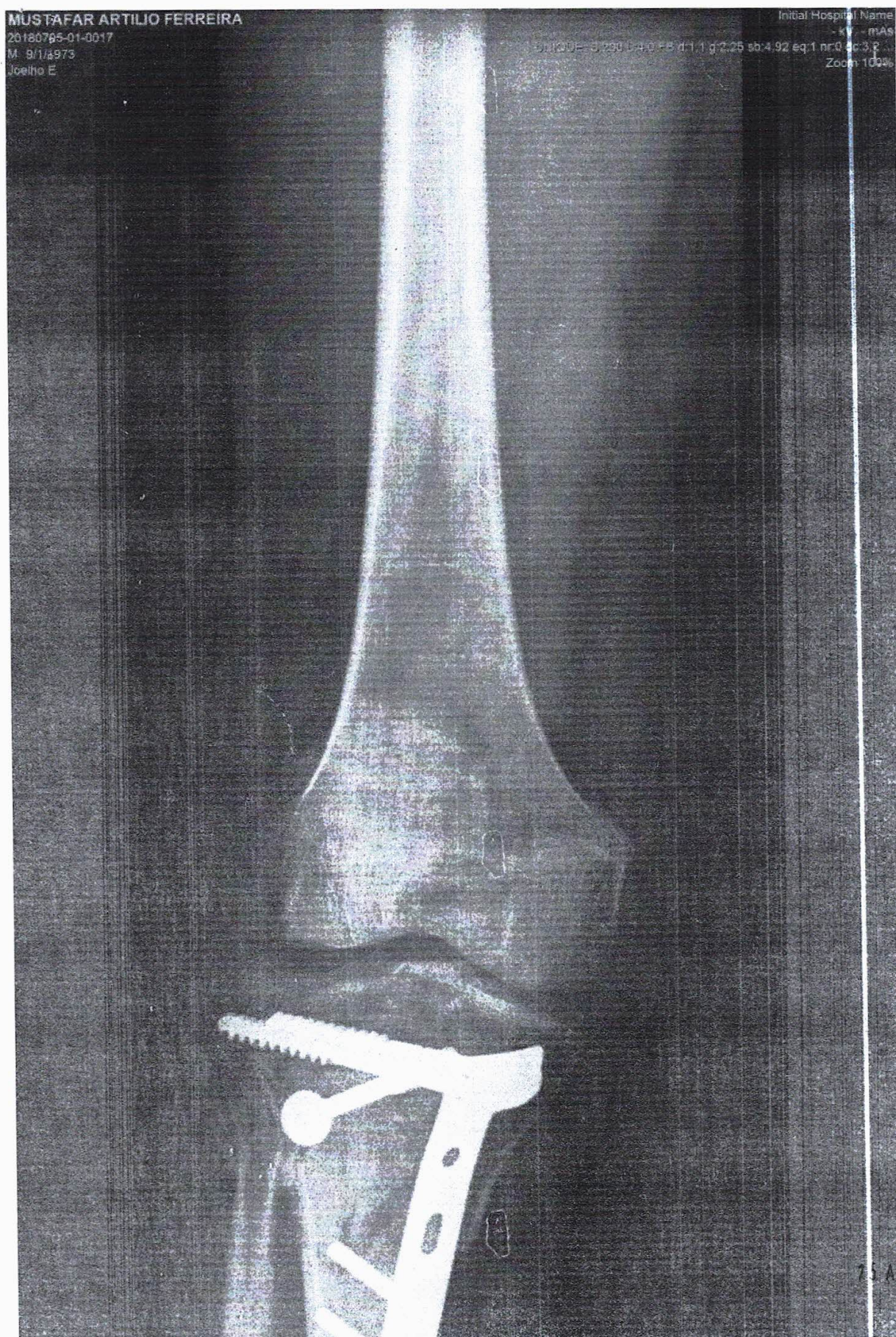
Joelito E

Initial Hospital Name

- ky - mas

01100E-8.230 0.40 0.8 d1.1 g 2.25 sb 4.92 eq 1 nr 0.4c 3.2

Zoom 100%



73 AGO. 2018

/outlook.live.com/mail/sentitems/fid/AQMkADAwATY3ZmYAZS1IOWlwLWRmZgBkLTAwAi0wMAoARgAAAsDJyAs7z1EsWGBgQDKaE7 N... 1/2



Assinado eletronicamente por: RAIMUNDO ANTUNES BATISTA - 21/04/2019 18:34:32

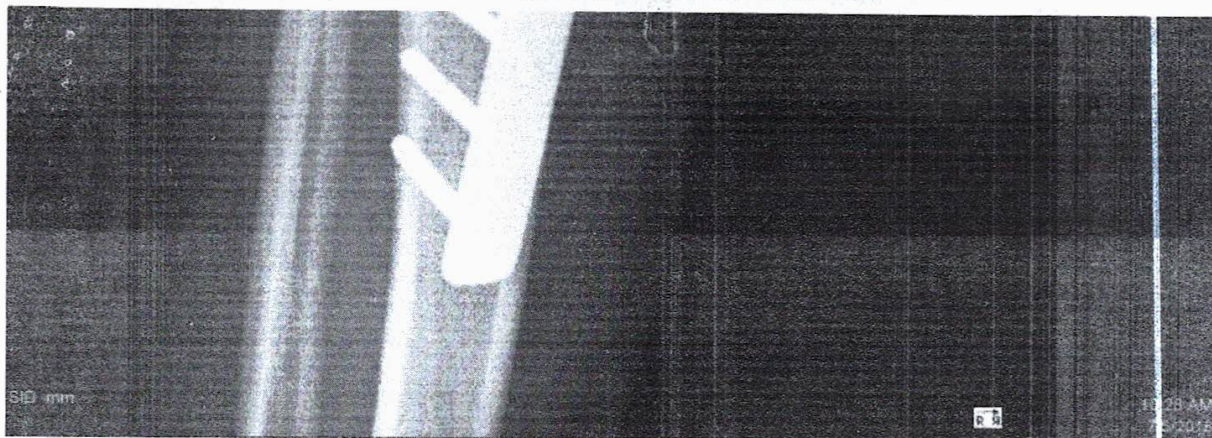
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042118260014800000020099315>

Número do documento: 19042118260014800000020099315

Num. 20663550 - Pág. 1

01/08/2018

Email - VERAS SEGUROS DPVAT - Outlook



15 AGO. 2018

look.live.com/mail/sentitems/id/AQMkADAwATY3ZmYAZS1IOWlwLWRmZgBkLTAwAi0wMAoARgAAAXsDjyAs7z1EsWGBgQDKaE7W... 2/2



Assinado eletronicamente por: RAIMUNDO ANTUNES BATISTA - 21/04/2019 18:34:35
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042118262884000000020099317>
Número do documento: 19042118262884000000020099317

Num. 20663552 - Pág. 1

01/08/2018

Email – VERAS SEGUROS DPVAT – Outlook

MUSTAFAR ARTILIO FERREIRA

20180705-01-0017

M 9/1/1973

Joelho E

Initial Hospital Name

kV - mAs

Zoom 100%

15 AGO. 2018

outlook.live.com/mail/sentitems/id/AQMkADAwATY3ZmYAZS1lOWlwLWRmZgBkLTAwAi0wMAoARgAAxsDJyAs7z1EsWGBgQDKaE7 V... 1/2



Assinado eletronicamente por: RAIMUNDO ANTUNES BATISTA - 21/04/2019 18:34:37

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042118270071200000020099319>

Número do documento: 19042118270071200000020099319

Num. 20663554 - Pág. 1

01/08/2018

Email - VERAS SEGUROS DPVAT - Outlook



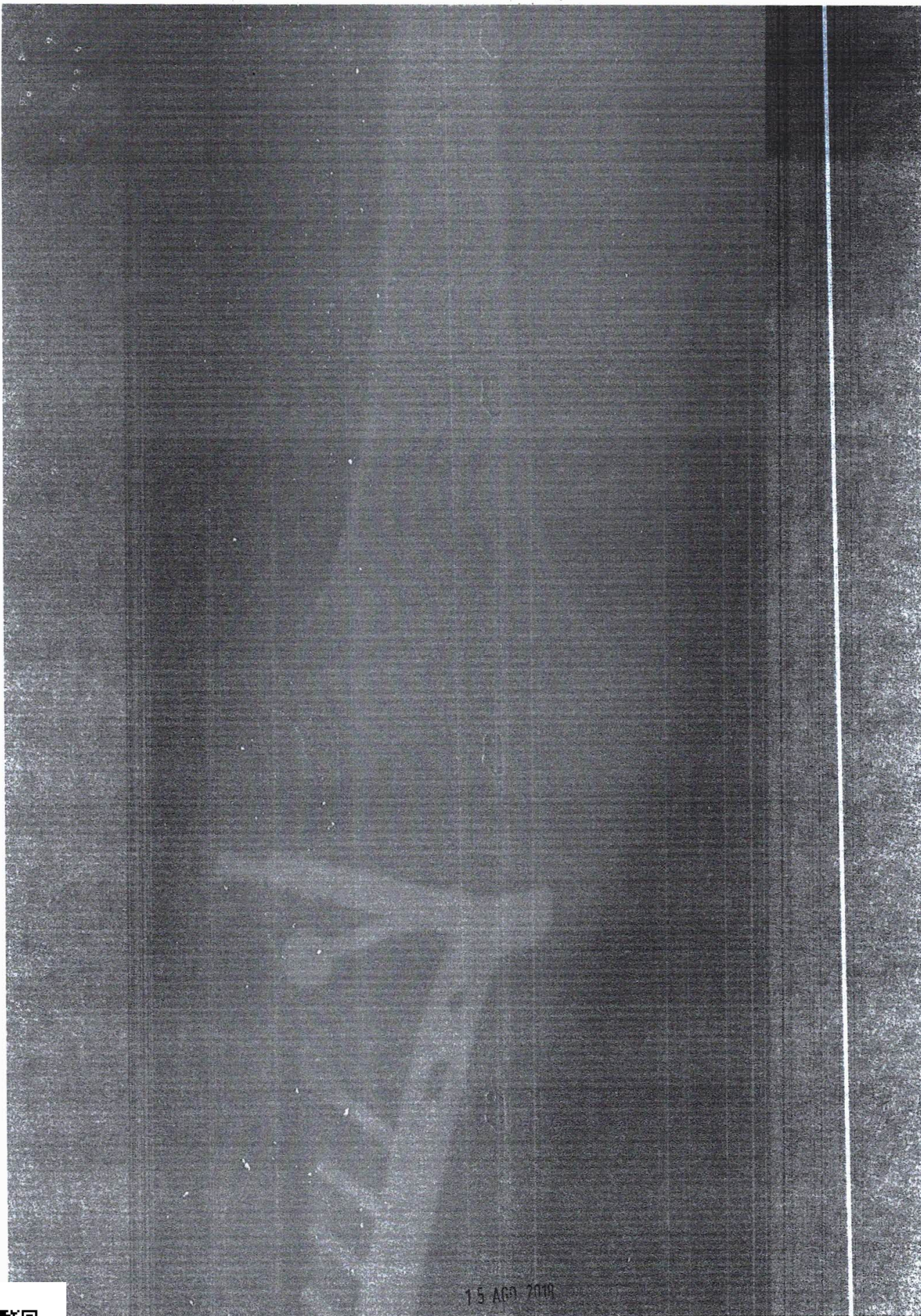
15 AGO. 2018

outlook.live.com/mail/sentitems/id/AQMkADAwATY3ZmYAZS1IOWlwLWRmZgBkLTAwAi0wMAoARgAAAsDjyAs7z1EsWGBgQDKaE7V... 2/2



Assinado eletronicamente por: RAIMUNDO ANTUNES BATISTA - 21/04/2019 18:34:39
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042118272529900000020099320>
Número do documento: 19042118272529900000020099320

Num. 20663555 - Pág. 1



15 AGO 2019





HOSPITAL REGIONAL DE MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES
SOUSA - PB.

SUS: 300802554562849
Nome: Monteiro Castro Figueira Bloco: Apt.: Leito:
D.N.: 01/09/1973 Est. Civil: 5016 Resp.: Aline Figueira de Araújo
Rua: Rua São Antônio, 68 Cidade: Santa Cruz Est.: PB
Médico Assistente: M. Denis Clínica: Ortopedia - Traumatologia
Data da Internação: 26/04/2018 Peso: Temperatura: P.A.:

ANAMNESE: Mania no joelho esquerdo.

Queixa Principal: Tumor no joelho esquerdo há 04 dias

História da Doença Atual: Acidente de motocicleta próximo a
cidade de São João. Mania no joelho
com fratura no nível superior.

EXAME FÍSICO:

Art.
edema no joelho
grande deformidade
fratura no joelho
Mania no joelho esquerdo

DIAGNÓSTICO: Fratura do fêmur distal

Procedimento:

C.I.D.

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

15 AGO. 2018

Dr. Denis Romão Figueira
ORTOPEDIA E
CRM-PB 7054
T201-9877
AO 52654



GOVERNO DO ESTADO
Secretária de Saúde
HOSPITAL REGIONAL DE SOUSA

Justiça Antônio Fernandes
Laudo Médico

Acumulado em plató digital
segundo, em 09/05/2018. Acumulado de
microscópio. Acumulado de placa de plató "L";
04 parafusos corticais; 03 parafusos espessos;
01 Arvella. Enrolado bem. Em geral
autêntico. CID 10: S82.1. Alta auto-
nária.

Ass, 13/09/2018

Dr. Denis Rocha Formiga
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM-PB 7054 CRM-RN 4228
TEOT-9877 AO-52.654

Rua José Facundo de Lira, S/N – CEP: 58802-180
FONES: 3522.2774/3522.6183 – SOUSA – PB

GOVERNO
DA PARAÍBA





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL – PATOS/PB
19ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL – SOUSA/PB
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA CRUZ/PB

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 114/2018

VERSANDO SOBRE: *Acidente de Transito.*

DATA DO FATO: 23.04.2018. **Horário:** 21:h,30:min. Aproximadamente.

LOCAL DO FATO: Aparecida-PB.

DATA DE CONHECIMENTO DA DELEGACIA: 08.06.2018.

O(A) Comunicante: MUSTAFA CASTILIO FERREIRA; **Nacionalidade:** brasileiro(a), **Naturalidade:** Santa Cruz-PB, **Estado Civil:** solteiro, **Profissão:** agricultor, **Idade:** 44 anos, **Data de Nascimento:** 01.09.1973, **RG:** nº 2067186-SSP/PB, **CPF:** 264974298-40, **Filiação:** Francisco Jeronimo Sobrinho e de Maria Aury Ferreira Jeronimo, **Residente** na Rua Padre João Andriola, 68, Bairro São Francisco, Santa Cruz-PB.

VITIMA: O Próprio Comunicante.

HISTORICO DO FATO

O(a) comunicante, após cientificado(a) das penalidades cominadas ao Art. 299 do CPB, declarou o **SEGUINTE:** QUE, na data hora e local acima descrito, sofreu acidente de transito, quando trafegava da Cidade de Sousa, sentido a Cidade de Santa Cruz-PB, conduzindo a MOTO HONDA/POP 100, COR VERMELHA, ANO E MODELO 2011/2012, PLACA OFF-2208/PB, CHASSI 9C2HB0210CR424773, licenciada em nome de Francisco Tiago Antunes Silva; Que, ao afirma o comunicante que ao chegar ao Sitio Boi Morto, atropelou um animal(cachorro) na pista, caindo em seguida, sofrendo trauma pelo corpo; Que, foi socorrido pelo SAMU para o Hospital Regional de Sousa, onde recebeu atendimento medico. **QUE TODAS AS INFORMAÇÕES CONTIDAS SÃO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DO COMUNICANTE.** Seguindo determinação da Portaria nº 352/2013/DGERAL/SEDS/PB, onde determina que os Boletins de Ocorrência sejam registrados em qualquer Delegacia deste Estado. **Declaro ainda, ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.**

Autoridade Policial: Vicente Honorio Filho.

Providencias Adotada: Lavratura do BO.

Comunicante: Mustafa Castilio Ferreira

OSMARINO SOUTO MUNIZ
ESCRIVÃO AD-ROC
MAT 502790-1

15 AGO. 20 18

DOCUMENTO ORIGINAL



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
MUSTAFA CASTILHO FERREIRA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
2067186 SSP PB

CPF
264.974.298-40

DATA NASCIMENTO
01/09/1973

FILIAÇÃO
FRANCISCO JERONIMO
SOBRINHO
MARIA AURY FERREIRA
JERONIMO

PERMISSÃO
ACC
CALHA
A

Nº REGISTRO
05425551430

VALIDADE
22/03/2021

1ª HABILITAÇÃO
15/02/2012

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR
MUSTAFA CASTILHO FERREIRA

LOCAL
SOUSA, PB

DATA EMISSÃO
01/04/2016

ASSINATURA DO EMISSOR
Artur Chaves Sousa
Diretor Regional - DETRAN

95519415298
PB032332165

DETRAN - PB (PARAIBA)

VÁLIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
1280538573

PROIBIDO PLASTIFICAR
1280538573

15 AGO 2018



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº **9430151067**
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO

VIA: **000 REMANHA** **PRT** **20121200008984-3** **SERVIDO**
1 **46839843-0** **00/00000000** **2011**

FRANCISCO TIAGO ANTUNES SILVA

07951222410 **00F2208/PB**

NOVO **PB** **9C2HB0210CR424773**

PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC **GASOLINA**

HONDA/POP100 **2011** **2012**

2 P/97 /CI **PARTIC** **VERMELHA**

IPVA PAGO EM **31/05/2012** **1º** **VENÇ/COTAS**

PARCELAMENTO/COTAS **0** **2º** **3º**

PREMIO TARTARU (R\$) **10F (R\$)** **PREMIO TOTAL (R\$)** **DATA DE PAGAMENTO**
********* **SEGURO** **PAGO** **31/05/2012**

A F ADM DE CONC NACION HONDA LTDA
VEIC. COM ACORDO DE PARCELAMENTO
NAO VALIDO PARA TRANSFERE

SANTA CRUZ - PB **15016** **04/06/2012** **15016**

15 AGO. 2018



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Francisco Tiago Antunes Silva,

RG nº 002.846.135, data de expedição 04/08/06, Órgão SSP/RN,

Portador do CPF nº 079.512.224-10, com domicílio na cidade de Sousa, no Estado de Parabá, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada) Rua Propetada

nº SN, complemento —, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado é (era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima Mustafa Castilio Ferreira, cujo o condutor era Mustafa Castilio Ferreira.

Veículo: Honda / POP 100

Modelo: 2012

Ano: 2011

Placa: OFF 2208 / PB

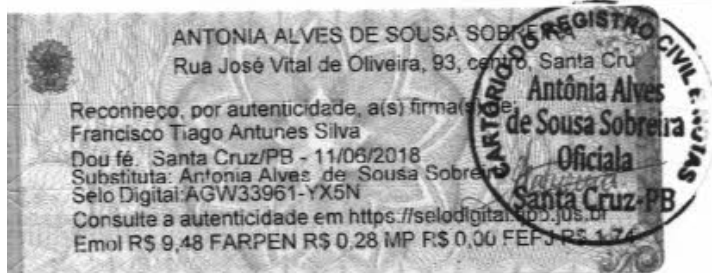
Chassi: 9C2HB0210CR424773

Data do Acidente: 23/04/2018

Local e Data: Sousa-PB, 14/08/2018

Francisco Tiago Antunes Silva
Assinatura do Declarante

Mustafa Castilio Ferreira
Assinatura do condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)



15 AGO. 2018

DOCUMENTO ORIGINAL





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
4ª Vara Mista de Sousa

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Processo nº 0801153-34.2019.8.15.0371
AUTOR: MUSTAFA CASTILIO FERREIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Nome: MUSTAFA CASTILIO FERREIRA

Endereço: Rua Padre João Andriola, 68, São Francisco, SANTA CRUZ - PB - CEP: 58824-000

Advogado do(a) AUTOR: RAIMUNDO ANTUNES BATISTA - PB6409

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: Rua Senador Dantas, 76, 3 andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Valor da causa: R\$ 11.813,00

DESPACHO

Visto.

Cuida-se de **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**, ajuizada por MUSTAFA CASTILIO FERREIRA, devidamente qualificado, através de advogado legalmente constituído, em face de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A, também devidamente qualificado, pugnando pela procedência dos pedidos descritos na inicial.

Inicialmente, verifico que a petição inicial preenche os requisitos essenciais - arts. 319 e 320, CPC - e não se trata de improcedência liminar do pedido - art. 332, CPC.

Não havendo nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade e, após análise dos documentos colacionados aos autos, os quais atestam a atual situação do(s)(as) promovente(s), **DEFIRO o pedido de justiça gratuita**, sem prejuízo de sua impugnação, na forma do art. 100, do CPC.

Considerando que a SEGURADORA LÍDER, promovida, reiteradamente não celebra acordos no bojo de processos judiciais, exceto em casos especiais, bem como tendo em mente que a estrutura do Poder Judiciário nesta Comarca não é das mais



robustas, não possuindo centro de conciliação, entendo ser desnecessária a designação de audiência de conciliação no presente caso, devendo a parte ré ser **citada para já apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.**

Seguindo a orientação contida da Recomendação 01/2015 do CNJ, a qual pode ser aplicada analogicamente ao caso em testilha, determino, desde já, **seja designado perito oficial cadastrado no TJPB (médico), atuante nessa Comarca, para realizar perícia médica no autor, a fim de comprovar as sequelas físicas oriundas do acidente automobilístico mencionado na exordial.** Caso haja mais de um perito cadastrado, deverá atentar a escrivania para haver proporcionalidade nas indicações, evitando-se privilegiar algum(s) profissional(ais) em detrimento de outros.

Faculto ao autor juntar, no prazo da contestação, quesitos para serem encaminhados ao perito, bem como indicar assistente técnico. Caso já tenha juntado seus quesitos na inicial, desconsiderar esse item do presente despacho.

Outrossim, **intime-se a SEGURADORA LÍDER para efetuar o pagamento, em conta judicial vinculada a este processo, dos honorários periciais,** arbitrados em R\$ 200,00 (duzentos reais), segundo cláusula 1.3 do Convênio 015/2014 TJPB.

Cite-se a promovida para apresentar contestação em 15 (quinze) dias, apresentando seus quesitos, caso queira.

Com o depósito do valor dos honorários, intime-se o Perito indicado, o qual já fica automaticamente nomeado pelo Juízo, encaminhando-lhe os quesitos do Juízo, quais sejam: 1) Qual o tipo de lesão apresentada pelo periciado e os respectivos CIDs? 2) Existe relação de causa entre o acidente de trânsito noticiado na petição inicial e a(s) lesão(ões) apresenta(s)? 3) Houve debilidade permanente do membro, sentido ou função? 4) A debilidade é de caráter temporário ou definitivo? Qual o grau, em percentagem (de 0% a 100%), da debilidade apresentada?

Com a designação da data da perícia pelo médico nomeado, intime-se a parte promovente para comparecer ao local designado pelo médico para a realização da perícia, munido, preferencialmente, de seus documentos pessoais e toda e qualquer documentação pertinente à demanda.

Com a entrega do laudo, falem as partes em 10 (dez) dias, informando se têm interesse em conciliar.

E, finalmente, **entregue o laudo, oficie-se ao Banco do Brasil para que transfira o numerário depositado na conta judicial para a conta bancária indicada pelo perito.**

Após o cumprimento de todos os itens acima mencionados, conclusos.

Cumpra-se. Diligências necessárias.

Nos termos do **ART. 108 DO CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL**, da Douta Corregedoria de Justiça da Paraíba, confiro a esta decisão força de **mandado/ofício** para as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

SOUSA, 20 de maio de 2019

AGILIO TOMAZ MARQUES

Juiz(a) de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

4ª Vara Mista de Sousa

Rua Francisco Vieira da Costa, S/N, Raquel Gadelha, SOUSA - PB - CEP: 58804-725

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE

Nº DO PROCESSO: 0801153-34.2019.8.15.0371

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [SEGURO]

AUTOR: MUSTAFA CASTILIO FERREIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). AGILIO TOMAZ MARQUES, MM Juiz(a) de Direito deste 4ª Vara Mista de Sousa, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº 0801153-34.2019.8.15.0371 (número identificador do documento transcrito abaixo), **fica(m) a(s) parte(s) AUTOR: MUSTAFA CASTILIO FERREIRA**, através de seu(s) advogado(s) abaixo indicado(s), **INTIMADA(s)** para tomar ciência do inteiro teor do DESPACHO de id 21305796.

Fica facultado ao autor juntar, no prazo da contestação, quesitos para serem encaminhados ao perito, bem como indicar assistente técnico. Caso já tenha juntado seus quesitos na inicial, desconsiderar esse item do presente despacho.

Advogado do(a) AUTOR: RAIMUNDO ANTUNES BATISTA - PB6409

Prazo: 15 dias

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006.

Observação: A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

SOUSA-PB, em 18 de junho de 2019

De ordem, WALKIRIA ROCHA FERNANDES
Analista Judiciário

